



Perspectivas feministas africanas de pós-colonialidade¹

Patricia McFadden

Gostaria de iniciar reconhecendo alguns dos excepcionais desafios que encaramos como feministas vivendo e trabalhando em um continente que foi considerado por mais de meio milênio da história da humanidade. Não devo me deter na multitude de custos que resultaram dessa pilhagem e degradação para nós como um povo que, incrédulo, ainda retém a capacidade de sorrir e imaginar um futuro diferente em um mundo coletivamente transformado. Mas mencionarei algumas das interconexões entre as lutas em que estamos engajadas no espaço continental (incluindo as ilhas que fazem parte da realidade geopolítica africana), e a descarada e barulhenta ganância e impunidade do neoimperialismo e da recolonização que ocorre em muitas partes do continente no tempo presente, liderados principalmente por Estados Unidos e Reino Unido.

Para validar minhas habilidades explicativas conceituais e políticas, utilizarei as noções de pós-colonial e pós-colonialidade como marcadores conceituais e relacionais. Nos últimos anos, escrevendo como uma feminista radical dentro e fora do continente, me dei conta que enquanto estudiosos da *economia política* (independente das outras identidades anti-establishment que trazemos para essa moldura analítica e ideológica fundacional) precisamos imaginar e construir novas ferramentas para pensar conceitualmente; novos imaginários que nos permitirão levar adiante nossas agendas políticas de transformação social e humana. Debates e produções teóricas de iniciativas feministas africanas através do continente e na diáspora refletem e afirmam a emergência e o crescimento de um discurso e de uma cultura ativista viva e crítica que não podem mais ser ignorados.

¹ Tradução de Paulo Ricardo Müller e revisão de Maria Andrea dos Santos Soares a partir de: MCFADDEN, Patricia. African feminist perspectives of post-coloniality. *The Black Scholar*, vol. 37, n. 1, 2007, pp. 36-42.

No mesmo fôlego (que muitos de nós têm segurado por tempo demais, intimidados pelos rosnados e resmungos que valentões neoliberais nos dirigem diante de qualquer mínima inclinação a uma “análise de esquerda”), temos que assumir a tarefa de retomar ou revisitar algumas das noções chave que tão bem nos serviram enquanto intelectuais radicais, mesmo que os tenhamos naturalizado, deixando de desenvolver ao máximo suas capacidades conceituais e explicativas. Uma expansão e reorientação mais crítica das noções de *pós-colonial* e *pós-colonialidade* me parece um exercício útil e necessário, e é como um trampolim para entrar no momento de transição pelo que passa a África no presente.

É um momento frequentemente representado pela mídia ocidental e outras mídias como um tempo de crise e caos, mas que em minha opinião oferece a intelectuais africanas, particularmente às feministas, oportunidades particularmente promissoras de compreender e novas maneiras de modificar nossas realidades. Com efeito, o que está acontecendo numa sociedade como a do Zimbábue reflete a emergência definitiva de uma consciência e do entendimento dos direitos e prerrogativas entre a população trabalhadora africana, particularmente no contexto do movimento das mulheres africanas. Tal interpretação da superação de um passado horrendo, profundamente doloroso e destrutivo, para nos imaginarmos como cidadãs, vem de uma apreciação do feminismo como visão de mundo ideológica fundada na crença em uma habilidade para transformar vidas individuais e coletivas. Estar apta a compreender o momento, onde quer que vivamos e lutemos, é um insight muito especial que deriva de sermos feministas; de sermos livres e termos a mente aberta, com a habilidade de imaginarmos a nós e a nossas comunidades de maneiras novas e libertas. É este senso de consciência que aplico a situações em que a agência política das mulheres, da política feminista, vem adquirindo cada vez mais significância crítica na produção de uma tradição e de uma prática política alternativa.

Gostaria, então, de apresentar a noção de *pós-colonial* como um momento específico do continente africano que reflete a aglutinação de uma série de relações históricas entre grupos e territórios políticos diversos. Também interligarei essa noção à emergência e ao desdobramento de configurações particulares de classe e a lutas no interior das sociedades que formam o continente e suas interfaces com o ambiente global mais amplo. A agência de mulheres, especialmente de mulheres pobres e de comunidades de trabalhadoras por todo o continente africano, é central para a minha definição de *pós-colonialidade* como estado de consciência, como um momento de transição e como uma performance política.

Neocolonialismo vs. Pós-colonialismo

A intelectualidade e o ativismo feminista cada vez mais mostram a diferença entre o *neocolonialismo*, como um período posterior à declaração formal de independência, quando as classes médias usaram o Estado e variados instrumentos coloniais de extração e dominação para consolidar suas posições nas sociedades africanas através da encenação da legalidade e de políticas públicas que facilitaram a acumulação predominantemente por homens negros; e *pós-colonialidade*, como um momento de contestação emergente entre aqueles que ocuparam o Estado antes e a partir da independência, e aqueles cujos interesses e necessidades se tornaram periféricos em relação ao projeto anti-colonial e nacionalista iniciado há quase um século.

Africanas economicamente excluídas, em sua maioria mulheres rurais, que tem sido excluídas e tratadas como objetos de ocasional conveniência política – por exemplo, quando das infrequentes eleições – começaram a se levantar em resistência ao domínio hegemônico tanto do Estado quanto de classes e grupos que até então têm usado o neocolonialismo para seu próprio proveito. O Zimbábue é um excelente exemplo de como a consciência pós-colonial se reflete na fundação de novas tradições políticas no âmbito da sociedade civil, com o movimento das mulheres assumindo um papel interessante e por vezes contraditório.

A questão principal é que as políticas macro-econômicas neoliberais não apenas refortificaram os interesses das minorias brancas historicamente privilegiadas na África austral no período de independência/neocolonial, particularmente na agricultura mercantil, na mineração e em outros setores produtivos das economias da região, mas também criaram múltiplas oportunidades para que elementos da classe média negra ascendente começasse a se consolidar enquanto classe, utilizando o Estado como espaço chave para a acumulação e o domínio político. O acordo entre elementos colonizadores brancos e uma classe dirigente negra emergente a respeito da proteção e reinstitucionalização dos direitos de propriedade e a criação de oportunidades para a acumulação é flagrantemente óbvia em todas as sociedades da região sul da África em particular.

Tal conluio (e conflito) entre homens brancos e negros no exercício da acumulação primitiva se estende através da vasta base de recursos do continente, e se expressa nos orçamentos militares da maioria dos países africanos, grotescamente distorcidos se comparados com o que se gasta em educação e saúde, por exemplo, e a intensificação da colaboração militar entre estruturas militares africanas e as elites militares norte-americanas, britânicas e de outros países europeus. Graçam guerras por toda África, alimentadas por milhões de pequenas armas que se tornam dívida africana – despejadas nas comunidades mais remotas, onde até mesmo os mais básicos recursos de saúde, educacionais e sociais são inexistentes. A morte e a destruição prevalecem sobre os corpos e as

vidas de mulheres e meninas, e comunidades inteiras são dizimadas. Tanto bandidos quanto regimes militares supostamente legítimos, financiados, treinados, dirigidos e abonados pelas assim chamadas democracias do mundo ocidental infligem formas inimagináveis de violação. E as classes dirigentes brancas do Norte não dão a mínima para as centenas de milhares de bebês e mulheres africanas que morrem por consequências da ganância capitalista, despedaçadas pelas milhões de minas terrestres plantadas por criminosos cujos mestres barganham arsenais modernos em troca de sacos de diamantes, tanzanita, ouro, petróleo e montanhas de coltan (um minério raro essencial para a produção de telefones celulares e outras novas tecnologias dependentes de microprocessadores).

Pelo menos três milhões e meio de pessoas morreram nos conflitos da República Democrática do Congo nos últimos cinco anos, enquanto as classes dirigentes ocidentais tramam e/ou bajulam grupos de criminosos africanos um após outro (em Ruanda, Burundi, Uganda, Zimbábue, Angola, Zâmbia) para assegurar a continuidade das operações de mineração de multinacionais canadenses, belgas, francesas e estadunidenses – a despeito do custo humano. A mídia ocidental retrata africanos como selvagens primitivos incapazes de funcionar na era moderna, engajados em atos de canibalismo entre si. O que o ocidente civilizado deve fazer?

Obviamente, para superar a arrogância racista que se reflete nessas expressões da direita, frequentemente acompanhadas de clamores pela recolonização da África, precisamos revigorar nossa política feminista revisitando as noções críticas de supremacia e impunidade, mostrando como elas sustentam privilégios de classe em todo o mundo. É nesse interstício que o complicado tema do privilégio e sua facilitação para a maioria dos indivíduos do norte precisa ser interrogada e politizada. Temos que encontrar a coragem para viver nossas vidas de modo diferente e para nos distinguirmos de todas as formas possíveis do sistema viciado de exploração que forneceu a democracia consumista e a “estabilidade” das sociedades do Norte através da catastrófica e normalizada pilhagem e degradação das sociedades africanas e de outras regiões do mundo ao Sul.

No nível local e nacional, a participação ativa de governos recém-independentes na reestruturação política e econômica das antigas colônias, sem modificar as relações de poder fundamentalmente não democráticas entre o Estado e os africanos pobres, criou um novo terreno de lutas. As tensões e contestações que emergem no interior das sociedades do continente refletem a questão mais imediata da cidadania em comunidades rurais e urbanas severamente pauperizadas, cujas vidas ficam ainda mais comprometidas pela difusão desenfreada do HIV/AIDS. Em vez de transformar os projetos de libertação em políticas sustentáveis de longo prazo e práticas democráticas, as classes dirigentes emergentes tenderam a consolidar ainda mais suas relações desiguais com os trabalhadores pobres usando o Estado e o setor privado para seus interesses; mais recentemente, através de programas de reestruturação econômica, sistematicamente excluíram

amplos segmentos da população do acesso a recursos essenciais como saúde, moradia e educação. A África do Sul é uma imagem espelhada do desastre regional em curso.

Cidadania: direitos e status

Uma investigação aprofundada e uma teorização mais clara das muitas disputas em torno da cidadania e da inclusão no Estado-nação como uma relação bipartida, que levanta questões fundamentais relacionadas à propriedade e outros direitos, é chave para qualquer tentativa de explicar o que está acontecendo na África austral e no continente como um todo. O que quero dizer aqui é que nossas análises devem ir além da descrição da “marginalização” ou manipulação política de comunidades excluídas econômica e legalmente por aqueles que ocupam o Estado, e colocar as questões mais complexas a respeito da disputa de significados e expressões de cidadania levando em consideração as múltiplas identidades e demandas que indivíduos e comunidades vêm impondo ao Estado neocolonial nos últimos setenta anos de independência africana.

Nesse contexto novamente vem à mente o Zimbábue, onde uma certa cidadania em construção insiste que os indivíduos e suas comunidades têm direito a uma relação direta com o Estado neocolonial expressa em reivindicações públicas por transparência dos governos, liberdade de imprensa e de expressão, salário mínimo, moradia decente e segura, acesso a educação e saúde com baixo custo ou gratuita, e transporte confiável e seguro. Considerando que o Estado colonial tratou africanos como “ausentes” do espaço cívico, em todos os sentidos dessa noção e na prática (exceto como mão-de-obra superbarata), a demanda por reconhecimento social, político e jurídico de zimbabuanos de todas as classes, encorajou africanos daquela sociedade a se reposicionarem em relação ao Estado, às suas estruturas e funcionários, de formas novas e dinâmicas. Nesse contexto, especificamente, indivíduos e grupos usaram o processo de reforma agrária para questionar e redefinir os significados de cidadania – particularmente em termos de gênero e classe – e romper com as presunções complacentes do privilégio burguês que asseguraram prerrogativas sociais, políticas e jurídicas àqueles que possuíam e controlavam a propriedade naquela sociedade até 1998.

Além do Zimbábue, que considero o caso mais avançado da região em termos ideológicos e estratégicos, debates e discursos relacionados à sexualidade, ao gênero, às habilidades, ao lugar social e geográfico, à etnicidade e à raça, se alastraram pelas paisagens intelectuais, sociais, políticas e artísticas das sociedades da região por décadas. Todas essas ideias, percepções, opiniões e práticas coloriram e remoldaram os significados, contornos, texturas e realidades da cidadania e da vida diária em uma miríade de novas formas. É isso que a cidadania, e os direitos que

acompanham sua conceitualização, formulação, exercício e contínua transformação, significa para africanos em suas respectivas sociedades nesse tempo de possibilidades, e que precisa se tornar o recheio de uma análise política e econômica radical. Para o feminismo radical, o desafio está na imprescindibilidade de se transformar discursos e perspectivas da economia política convencional (androcêntrica) através dos insights e da energia criativa da agência e da imaginação das mulheres.

Obviamente, direitos como decorrências sociais historicamente situadas fazem parte e se relacionam com instituições públicas chave de qualquer sociedade. Direitos como recursos públicos também estão diretamente ligados a como pessoas se relacionam com o mercado e com sistemas de produção e troca – os quais ocorrem predominantemente nos espaços formalmente constituídos do público. Portanto, são essas pessoas que têm uma relação direta com a propriedade e que controlam as estruturas e sistemas que regulam e distribuem a propriedade e a riqueza em sociedades capitalistas, que podem aceder a privilégios (construídos e desfrutados como direitos nos discursos e práticas capitalistas atuais) e demandam do Estado alguma forma de prerrogativa por isso. As demandas de colonos brancos, que expropriaram à força as riquezas coletivas e as liberdades individuais das comunidades africanas, para que o Estado “defenda e proteja” seus “direitos de propriedade” e o ressentimento que acompanhou o “fracasso” zimbabuano em garantir a propriedade de brancos (destino que aguarda o governo da ANC na África do Sul caso não atendam essas demandas) confirma meu argumento. São aqueles que controlam a riqueza em nossas sociedades que ditam, em grande parte, o significado dos direitos, mesmo que tais definições hegemônicas sejam continuamente desafiadas e contestadas pela maioria do povo pobre e sem margem de manobra.

Mais criticamente, a relação entre Estado e indivíduos ou grupos de pessoas ainda é largamente mediada por relações de propriedade, e no continente africano é justamente a questão da inclusão pela aquisição de propriedade que trouxe à tona o problema da terra e as tensões em torno da reprodução social e de classe.

Como podem feministas radicais, críticas das relações de propriedade e que entendem sua função nas centenas de anos de pilhagem, degradação humana e indignidade, desvelar a conexão aparentemente intrínseca de direitos e prerrogativas com sistemas de mercado e relações capitalistas e espoliadoras de produção e consumo?

Sem dúvida, cada mulher zimbabuana ou sul-africana gostaria de um pedaço de terra – como propriedade, não como valor de uso controlado e manipulado pelo Estado e seus funcionários tanto em contextos rurais quanto urbanos – como uma expressão de sua autonomia e capacidade de funcionar como uma cidadã africana moderna. O que mulheres de classe média (inclusive feministas) tomam como dado – uma casa e uma fonte financeira estável (ou errática, porém

possível) – mulheres camponesas e da classe trabalhadora sonham como chave para a realização de uma vida com dignidade e orgulho. Autonomia individual e capacidade de desafiar ou confrontar o Estado e os aparatos da sociedade moderna estão profundamente implicados na posse de propriedades de alguma forma. Mulheres sem meios de reprodução social são alvos fáceis de violação, exclusão, vitimização e abuso. O senso de autoconfiança e bem-estar que mulheres adquirem quando sabem que têm um lugar próprio é algo que sabemos ser real e profundamente político, qualquer que seja a qualidade do abrigo. A realidade é que estamos diante de uma demanda imanente de mulheres em toda a África por terras próprias e aquisição de algum tipo de propriedade.

Ainda não começou o escrutínio e debate teórico sobre o que as relações de propriedade significam para a política feminista e para a reorientação de nossas sociedades. De modo geral, não há interrogações aos desafios colocados pela interpolação das relações de propriedade e dos sistemas de posse nos lugares de luta pelo acesso a direitos para todas as mulheres, enquanto a noção de benefício ainda é largamente caracterizada pela ética estrita da materialidade e da inclusão em lugares de classe social mais seguros. A fusão entre tornar-se cidadão e ocupar ou possuir terra – a forma mais difusa e aparentemente mais acessível de propriedade privada nos países da África austral – coloca um imperativo urgente para a análise e o ativismo feministas.

Em todo o continente, homens negros têm usado a reocupação de terras como uma expressão da reivindicação metafórica de sua virilidade e masculinidade. A propriedade da terra, seja de alguns acres em zonas áridas ou centenas de acres aráveis em regiões ricas de um país como o Zimbábue, se traduziu em performance de virilidade, com um senso de “volta ao comando”, de homens que uma vez mais governam a terra e as mulheres em um espaço bravamente disputado com homens brancos por séculos.

A inclusão no Estado-nação se tornou contingente diante não apenas do reconhecimento, por quem está no Estado, de narrativas antigas de linhagens e pertencimentos (aqueles que não preenchem os critérios de autenticidade são legal e forçosamente excluídos), mas também da aceitação, como premissa, de uma visão de mundo ideológica que dá grande primazia à propriedade e ao status de classe média. Como movimentos de mulheres africanas respondem a esse desafio será influenciado pela classe de interesses de elementos dominantes dentro dos movimentos, e de uma compreensão matizada da interseccionalidade entre a reprodução social e as lutas de classe que estão definindo quem se torna cidadão e no que isso implica a longo prazo.

A luta pós-colonial de liberação das mulheres: público e privado

Invariavelmente, isso expõe as lacunas entre as mulheres como um grupo social que se uniu quando da independência para formar um movimento de mulheres como espaço político e social no qual se identificam interesses coletivos das mulheres; formular, desenhar e implementar estratégias políticas e jurídicas; e criar organizações que servem como veículos através dos quais mulheres ativistas - incluindo as feministas – levariam as questões e demandas das mulheres para os espaços institucionais/públicos de suas sociedades.

Entretanto, dada a especificidade do movimento das mulheres como plataforma política que se define por ideologias nacionalistas e noções convencionais de igualdade de gênero, tensões começaram a emergir entre aquelas que usaram o movimento como oportunidade para entrar para a classe média e consolidar uma relação negociada com o Estado e certas instituições patriarcais, e aquelas que adotaram uma postura feminista mais radical a respeito de questões de responsabilidade e transparência do Estado com relação às mulheres como cidadãs, particularmente em matéria de igualdade de direitos, de impunidade cultural e de violações misóginas (tanto por indivíduos quanto por elementos militarizados). Uma postura radical sobre as vidas e prerrogativas de todas as mulheres no Zimbábue deve abranger uma noção mais inclusiva de democracia que se estenda tanto a suas vidas públicas quanto privadas, bem como a oferta de recursos urgentemente necessários relativos à saúde, educação, moradia, emprego e mobilidade.

É nessa intersecção, em que uma invocação feminista que insiste nos direitos e prerrogativas coletivas das mulheres não pode estar atrelada a regimes de propriedade e disputas com os interesses hegemônicos de uma pequena classe média feminina negra, que a profundamente questionada política da pós-colonialidade ganha vida. Através de uma série de variadas contestações expressas por escrito, em conversas, debates e nas redes de relações particulares dentro do movimento das mulheres, bem como no meio social mais amplo, uma nova energia política parece emergir na região. Isso é evidente no tipo de debate intelectual que ocorre em espaços de enunciação feministas como em revistas feministas e sobre gênero, em *workshops* de estudos sobre mulheres, em reuniões da ONU e em arenas globais de mulheres e feministas como DAWN (Development Alternatives with Women for a New Era), AWID (Association of Women in Development), Amanitare, Rainbo e tantas outras redes e parcerias ativistas.

Os debates mais intensos acontecem em relação à identidade e à relação das mulheres com a cultura patriarcal (que ainda fornecem o que são vistos como os mais essenciais marcadores de diferença da autenticidade feminina para mulheres negras) assim como em relação a noções de conformidade social. Em particular, as tensões se relacionam com questões de sexualidade, prazer,

escolha e integridade – e como crises como a de HIV/AIDS impactam a autonomia e os direitos sexuais das mulheres. A epidemia de HIV/AIDS proporcionou, à mídia ocidental e a uma plethora de ONGs e agências de cooperação internacional, o reavivamento de preconceitos e mitos em torno da suposta devassidão do comportamento sexual africano (com um particular fascínio pela sexualidade de homens negros heterossexuais, que se tornaram a representação definitiva de monstro sexual na maioria dos fóruns da mídia global). Além do mais, isso também suprimiu ou desviou a atenção do sistema de privilégios brancos/de classe histórica e racialmente arraigados que ainda definem a economia política da África austral, afastando assim a atenção de importantes temas estruturais e de política que continuam promovendo desigualdades sociais, econômicas e jurídicas.

Inquestionavelmente, o estupro heterossexual e as violações sexuais praticadas por homens dentro de suas famílias, em espaços públicos, e em situações de guerra e conflito tiveram um papel relevante na onda devastadora e letal que o HIV se tornou através do continente, e feministas devem continuar desafiando e levando à justiça aqueles que impunemente cometem atos misóginos contra mulheres de qualquer idade e classe social. Contudo, sob o medo e o terror desencadeados pela epidemia também está a presença viva e assustadora de ortodoxias fundamentalistas cada vez mais beligerantes e suas condenações da consciência e do exercício das liberdades e direitos sexuais e reprodutivos das mulheres.

Com a reemergência do humanitarismo e o suposto apoio incondicional a famílias devastadas pela pobreza e a privação (em grande parte ligadas à incessante pilhagem de recursos africanos por corporações multinacionais, apoiadas e estimuladas por agências multilaterais como o Banco Mundial e o FMI) também vem o recrudescimento de crenças e práticas fundamentalistas de direita, trazendo à tona antigas práticas repressivas que não apenas exigem a submissão de mulheres e meninas, como também revertem quaisquer progressos alcançados pelas feministas e mulheres ativistas ao longo das últimas décadas.

Como atravessar a retórica do resgate e da sobrevivência e reafirmar o direito inalienável e não-negociável das mulheres a se apropriar e usufruir de seus corpos; a escolher o que fazer com seus corpos e suas mentes, e entender o poder do prazer como necessidade política? Esses são os desafios que preocupam feministas do movimento das mulheres africanas no tempo presente.

É óbvio que a resolução da “questão das terras” na África austral e no restante do continente não necessariamente se traduz em direitos plenos para todos os cidadãos, dadas as diferenças profundamente arraigadas que caracterizam grupos e indivíduos em relação ao Estado como mediador e fiador tácito dos direitos e prerrogativas dos cidadãos.

Entretanto, caso se busque um discurso de direitos mais amplos, que examine cuidadosamente os interstícios críticos em que a cidadania, como *status* ainda ligado à propriedade,

se encontra com raça, classe, gênero, idade, sexualidade, capacidades e localização geoespacial – especialmente quando afetam mulheres negras – pode-se começar a identificar e trabalhar com novas ideias e energias ativistas que seriam liberadas e mobilizadas especialmente através do engajamento da sociedade civil com o Estado. Não quero dizer, aqui, que a sociedade civil, e os movimentos de mulheres em particular, devem se enredar com o Estado neocolonial e seus funcionários de modo algum. A evidência dessa “colaboração” está espalhada pela região, em que os movimentos de mulheres que adotaram tais instâncias debatem-se em um mar de confusão retórica de direita ou encalharam em todos os sentidos, incapazes de sequer imaginar uma saída do atoleiro de conservadorismo fundamentalista e de políticas reacionárias conduzidas pelo Estado.

Agenda feminista africana

Permitam-me concluir reiterando que os mais importantes desafios que encaramos como feministas africanas estão diretamente ligados ao imperativo de reconceitualizar a cidadania como noção e prática socialmente inclusiva, que precisa se tornar uma noção que atravesse disparidades e diferenças raciais, de classe, de gênero e de lugar, e nessa transgressão emergja como uma nova expressão de inclusão social e nacional. Como reconstituir a noção de cidadania para além de seu atrelamento histórico à propriedade privada e à mercantilização de direitos como produtos sociais é o que representa a tarefa urgente do discurso político *pós-colonial* e da formulação de políticas públicas.

A rapidez com que Estados nacionais se reestruturam em “Estados regionais” sob a esfera de influência de organismos como a SADC (*Southern Africa Development Community*, Comunidade de Desenvolvimento da África Austral) e a UA (União Africana) coloca um desafio a mais para ativistas progressistas da sociedade civil e intelectuais, particularmente enquanto a maioria dos cidadãos das sociedades do continente ainda não estabeleceu uma relação consistente ou viável com seus respectivos Estados e os sistemas que conferem e asseguram direitos e prerrogativas no nível nacional. Essas organizações regionais também oferecem às elites dirigentes oportunidades de estabelecer e consolidar redes militares difíceis de confrontar e pouco transparentes para os cidadãos. Além disso, através do continente vão se estabelecendo sistemas e práticas comerciais restritivas e excludentes, e de vigilância para patrulhar e controlar a mobilidade e a atividade econômica das mulheres e dos trabalhadores em geral.

Isso levanta uma grave questão a respeito da autonomia das mulheres tanto em termos civis quanto econômicos, e, com certeza, solapará as redes criadas e usadas por mulheres ao longo de décadas de travessias pela região em busca de oportunidades de reprodução social. O

distanciamento deliberado entre Estado e cidadão – estratégia que reflete um objetivo central dos ajustes estruturais/reestruturações das políticas e práticas de liberalização do Banco Mundial e do FMI – é central para esses sistemas estatais regionais e continentais. Enquanto todos os Estados do continente regurgitam livremente a retórica da “normalização das relações de gênero” e da “igualdade de gênero”, a real intenção da regionalização e “continentalização” é facilitar o aumento dos níveis de extração de mais valia por uma pequena elite (negra e branca) enquanto cria constrangimentos adicionais às possibilidades de responsabilização do Estado pelos cidadãos.

Portanto, é ainda mais significativo que, no contexto africano, tornar-se *pós-colonial* implique em uma transformação radical da agenda feminista em uma política diária de contestação consistente com nossas demandas pela reestruturação do Estado e das instituições sociais chave, assim como pela criação de um sistema político, cultural e social alternativo, que amplie e estimule nossas energias criativas e espirituais e nossos modos de vida.